

GOVERNAMENTALIDADE NA ESCOLA: RELAÇÕES DE PODER NA DOCILIZAÇÃO DOS CORPOS

Tânia Maria Augusto Pereira ¹

Resumo: As instituições, governamentais ou não, se configuram como (re)produtoras de regras e condutas que são impostas à população, objetivando fazê-la útil para alguma finalidade específica. Considerando a escola como uma instituição deste porte, este artigo apresenta uma reflexão sobre alguns conceitos foucaultianos, tendo como foco a governamentalidade dentro da escola. Trata-se de um trabalho de cunho teórico, cujo escopo possibilita tecer algumas relações com a sala de aula. Interessa, tanto quanto possível, realizar uma reflexão do papel da governamentalidade dos corpos – no sentido foucaultiano – dentro das instituições escolares, com o intuito de torná-los dóceis. O objetivo é analisar as formas de poder pelas quais a instituição escolar, no âmbito de sua atuação social, dociliza os corpos de uma parcela da sociedade moderna, neste caso, os alunos. Corpos que são dóceis no sentido de serem obedientes às regras disciplinares que lhes são impostas, tanto pela instituição como pela sociedade. Concluiu-se que a escola ainda resguarda alguns dispositivos de controle na sua organização estrutural, pedagógica e política. Todavia, ela pode/deve construir, através de esforços conjuntos de professores e alunos, um ambiente que propicie oportunidades de participação mais efetiva dos alunos na sua organização.

Palavras-chave: Escola; Governamentalidade; Poder; Corpos dóceis.

GOVERNMENTALITY IN SCHOOL: POWER RELATIONS IN DOCILIZATION OF BODIES

Abstract: Institutions, governmental or not, are configured as (re)producers of rules and behaviors that are imposed on the population, aiming to make it useful for some specific purpose. Considering the school as an institution of this size, this article presents a reflection on some Foucauldian concepts, having on focus the governmentality in the school. It is a theoretical work, whose scope makes it possible to weave some relationships with the classroom. It is interesting, as much as possible, to reflect on the role of governmentality of bodies – in the Foucauldian sense – within school institutions, in order to make them docile. The objective is to analyze the forms of power by which the school institution, within the scope of its social action, docile the bodies of a portion of modern society, in this case, the students. Bodies that are docile in the sense of being obedient to the disciplinary rules imposed on them, both by the institution and by society. It was concluded that the school still has some control devices in its structural, pedagogical and political organization. However, it can/should build, through

¹Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), professora Associada na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: taniauepb23@gmail.com.



joint efforts of teachers and students, an environment that provides opportunities for students to participate more effectively in its organization.

Keywords: School; Governmentality; Power; Docile bodies.

1. Introdução

Nas últimas décadas, os estudos foucaultianos no campo da educação vêm ampliando interesses, com a abertura de novas problematizações situadas, sobretudo, no eixo da governamentalidade. Sem dúvida, Michel Foucault é um dos mais renomados pensadores do século XX e suas análises e ferramentas teóricas são proveitosas em vários campos de saber.

Enveredar pelo pensamento foucaultiano não é uma escolha impune, porque ela nos obriga a nos despir de uma série de agasalhos, que por muito tempo nos protegeram do desconforto das instabilidades. Não se pode escolher a perspectiva foucaultiana e continuar procurando as leituras harmoniosas. Em trabalho anterior (PEREIRA, 2013), utilizamos as contribuições de Foucault quando pesquisamos a espetacularização do corpo no discurso midiático. Neste artigo, apresentamos alguns recortes da tese de doutorado resultante da pesquisa feita e acrescentamos agora uma análise das formas de poder pelas quais a escola dociliza os corpos de uma parcela da sociedade moderna, neste caso, os alunos.

Foucault não se adequa ao leitor que quer se sentir sobre bases firmes e estáveis, pois, como alerta Gregolin (2004, p. 27), o leitor precisa preparar-se para entrar num “labirinto de figuras, deslocamentos, em que o que se nega é a base para o que se afirma”, por isso, caso o leitor esteja esperando definições pontuais, terá de acompanhar um texto em marcha, cuja problematização constitui uma maneira particular de dialogar com a “tradição” dos estudos filosóficos, históricos, linguísticos.

Na companhia de Foucault, não é possível buscar as interpretações evidentes, mas também não se pode obstinadamente ir ao encaixe de um sentido que estaria oculto, como se houvesse uma verdade que só o grande *expert* seria capaz de desvelar. Para Fischer (2012, p. 36), ele é “um autor que subverte qualquer ordem, que nos envolve e nos apaixona sem deixar de ser extremamente rigoroso nas suas investigações e elaborações teóricas”. Como sintetiza a autora,

para Foucault, nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão ‘vivas’ nos discursos (FISCHER, 2001, p. 198, grifo da autora).

Apesar de insistir que seu objetivo era, e sempre havia sido estudar as relações entre as redes de poder e saber, ele enfatizou seu interesse nas questões do sujeito, embora soubesse que esse não era um terreno fácil de ser percorrido. Esse interesse mostra-se presente na afirmação: “é o que somos –



os conflitos, as tensões, as angústias que nos atravessam [...] o solo, não ousou dizer sólido, pois por definição ele é minado, perigoso, o solo sobre o qual eu me desloco". (FOUCAULT, 2006, p. 2).

Assim, mais do que preocupar-se com a relação entre saber e poder, ele preocupou-se com o que afeta diretamente o sujeito. Em um dos seus últimos trabalhos, Foucault (2005, p. 231) reconheceu esse interesse, afirmando que seu objetivo "não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise". Ele esclareceu que o ponto nodal de sua obra havia sido sempre o sujeito.

Considerando a centralidade do sujeito nas investigações foucaultianas, objetivamos analisar as formas de poder pelas quais a instituição escolar dociliza os corpos dos sujeitos, neste caso, os alunos. Apresentamos uma reflexão sobre o funcionamento da governamentalidade na escola, analisando as formas de poder que atuam na docilização dos estudantes. Foucault foi um crítico das escolas, em função de enxergar nas instituições educacionais um sistema controlador, um espaço onde o aluno é "aprimorado" e disciplinado acerca de suas vontades e comportamentos.

Não é tarefa fácil contextualizar a vasta obra de Foucault tendo em vista sua aplicação a um campo amplo, mutável e multifacetado como a educação. Neste sentido, apresentamos algumas contribuições referenciadas pelo pensamento do filósofo francês a respeito da escola, trazendo, primeiramente, uma síntese acerca da arqueogenealogia foucaultiana e da noção de poder postulada por Foucault. Em seguida, tecemos uma reflexão crítica sobre a governamentalidade na instituição escolar, discutindo como as relações de poder produzem a docilização dos corpos por meio de disciplinarização.

2. A arqueogenealogia foucaultiana

Sobre a filiação epistemológica de Foucault no campo discursivo, Santos (2010) apresenta duas fases foucaultianas: a arqueológica e a genealógica. Desta última, ele ressalta a necessidade de compreender as posições dos indivíduos diante dos saberes e como tais posições influenciam o poder, a inclusão, a exclusão, a razão e a consciência. Nesta fase, busca-se, também, investigar as relações entre os indivíduos e os saberes, como, para que, de que forma, com quais características, com quais objetivos os indivíduos agem. Foucault investigou as posições que os indivíduos ocupavam, a forma como se comportavam e a natureza de suas ações na sociedade e na história.

Santos (2010) discute a inserção dos indivíduos em saberes pertencentes a uma cultura, ao se referir à sociedade; e dimensiona a natureza das práticas de saberes entre os indivíduos em um dado tempo, ao se referir à história. O autor situa o discurso historicamente "como testemunho de sentidos, produzidos numa conjuntura de saberes, traduzindo poderes e construindo uma memória" (SANTOS, 2010, p. 133). De acordo com as características singulares dos tempos em que os saberes são produzidos, as práticas sociais ganham sentidos distintos e os saberes vão sendo (re)organizados socialmente.

De acordo com Pereira (2013), no viés foucaultiano, o discurso não tem uma origem a ser buscada, só existem relações que o engendram. Nas palavras da autora, “cabe ao analista buscar essas relações que se constituem historicamente e se alojam de forma viva nas margens do discurso” (PEREIRA, 2013, p. 42). O modo como o discurso circula não é aleatório, é controlado por mecanismos de poder e tudo está imerso nas relações de saber/poder, implicadas mutuamente. É preciso focar a existência dos enunciados efetivamente ditos para que essas relações sejam identificadas. Nesta perspectiva, surge a análise arqueológica do discurso, que consiste em escavar as condições de possibilidades de aparecimento de enunciados (FOUCAULT, 2008b).

Foucault elaborou um método arqueológico, cujo objeto de análise é o saber de uma época. O objetivo desse método é compreender as condições histórico-sociais que possibilitaram a irrupção de acontecimentos discursivos, ou seja, o filósofo tem a preocupação de investigar por que aparece um determinado enunciado, e não outro em seu lugar. Noção molecular, o enunciado é considerado unidade básica de análise discursiva. Na concepção de Foucault (2008b, p. 111), “pode-se dizer, de modo geral, que uma sequência de elementos linguísticos só é enunciada se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular”.

Ao afirmar que os enunciados são povoados, em suas margens, por outros enunciados, o autor enfatiza a ação da luta dos diferentes campos de poder-saber e ressalta a importância da análise arqueológica, segundo a qual se despreza a solenidade da ciência, para privilegiar textos e gestos nem tão inéditos assim, enunciados banais e discretos, ao lado das grandes e luminosas originalidades. Para o autor, não há enunciado

livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis (FOUCAULT, 2008b, p. 112).

É preciso associar o enunciado a um campo adjacente, ou seja, ele deve estar dentro de um campo associado, por isso é sempre um “nó na rede”. Uma frase nunca é um enunciado porque ela é uma abstração, não é histórica. O enunciado é efetivamente produzido, tem uma existência material e histórica. A materialidade é constitutiva do enunciado, que é repetível, ele precisa ter “uma substância, um suporte, um lugar, uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 114).

O filósofo alega que um enunciado não é uma unidade do mesmo tipo da frase, pois não se trata de uma estrutura, mas sim de um modo singular de existência de um conjunto de signos. O sujeito do enunciado não é o sujeito gramatical da sintaxe, ele é uma posição que muda, conforme o enunciado vai

mudando. O mesmo enunciado vai mudar de sujeito de acordo com o campo associativo em que ele aparece. No filme de Wood Allen, "Todos dizem eu te amo" (1997), através de diversas narrativas, o enunciado "eu te amo" vai mudando, à medida que o campo associativo muda. A cada vez que esse enunciado é dito, ele vai tendo significados diferentes, estabelecendo outros efeitos de sentidos. Por causa da deriva dos sentidos, a enunciação jamais será a mesma. Nas palavras de Foucault (2008b), o enunciado,

ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2008b, p. 118-9, grifo do autor).

O enunciado é povoado por margens e tem relação com outros enunciados na cadeia enunciativa onde ele se encontra. Desse modo, o enunciado depende dessa "rede" para adquirir sentido. Um campo associativo é mais amplo do que um contexto, que é situacional. Como ele é histórico, não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados. Um enunciado tanto retoma algo já dito como também antecipa algo, ou seja, se projeta para o futuro. Sobre isso, Foucault (2008b, p. 111) afirma que "o enunciado se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual" (grifo do autor). Isso está relacionado com a memória e com a atualidade.

Para se ter um enunciado é preciso que exista um sujeito. No enunciado "A morte chega para todos", o sujeito não é o ser empírico, nem o gramatical. A posição-sujeito deste enunciado vai variar, dependendo do sujeito. Este enunciado pode ser dito por um padre em uma missa de 7º dia, por um cientista, por um dono de funerária etc. Todo enunciado tem um sujeito que é determinado por um lugar, pela posição-sujeito. Um mesmo enunciado pode ter vários sujeitos, já que varia a posição-sujeito, ou seja, o lugar ocupado por quem efetivamente produz o enunciado. Esse lugar evidencia o poder que a posição-sujeito ocupa. No próximo tópico, discutimos a noção de poder.

3. Sobre a noção de poder

De acordo com Foucault (2010), o poder não está na relação direta entre dois adversários, mas se trata do "governo" dos outros. Seu sentido está ligado a uma forma de conduzir os indivíduos ou os grupos, pois seu exercício é direcionado a agir sobre probabilidades de ação dos outros indivíduos. O governo dos outros é a estruturação ocasional do espaço de ação dos outros, pois sujeitos individuais ou coletivos distribuem-se em um espaço onde possibilidades de condutas, reações e modos de comportamentos podem se realizar. O poder é

visto não como algo global, maciço ou em estado difuso, concentrado ou distribuído, mas como exercício de “uns” sobre os “outros”, concretizado em ato, inscrito em um campo de possibilidade esparso que se apoia sobre estruturas permanentes (FOUCAULT, 2010).

Ao considerarem as mutações da noção de sujeito discursivo, Fernandes e Alves Júnior (2009, p. 109) defendem que “a noção de sujeito nas teses foucaultianas coloca em pauta reflexões sobre o poder como integrante das relações cotidianas entre sujeitos e observável nos/pelos discursos”. Isso implica que, quaisquer que sejam as relações humanas, o poder está sempre presente, muitas vezes, de forma sutil. Os autores destacam que a liberdade é uma condição para existir o poder, uma vez que o poder é exercido sobre sujeitos livres e funciona como uma rede de mecanismos a que nada ou ninguém escapa.

No texto *O sujeito e o poder*, Foucault (2010) demonstra que o saber situa e adota o sujeito como dependente, e questiona as relações do saber com o poder, buscando conhecer a maneira pela qual o saber circula e funciona. Segundo Foucault (2010, p. 278), o poder não estaria tanto em uma ou em outra instituição, mas em uma forma de poder que “aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele.”

Na concepção foucaultiana, o exercício de poder não é simplesmente uma relação entre sujeitos individuais ou coletivos; é um modo de ação de uns sobre outros. Foucault (2009, p. 27) admite que o poder e o saber estão diretamente implicados; que “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”.

Foucault fala em resistência e contrapoder. Onde há poder, há resistência – que não é anterior ao que se opõe. Ela é coextensiva e produz do mesmo modo, e é aquilo que possibilita a mutação do poder. Pensar em repressão é considerar um poder jurídico concebido por uma lei que nega os sujeitos. Se o poder atua em todas as esferas sociais, produz indivíduos e afeta a sua vida cotidiana, não é de se espantar que ele atinja também a forma mais concreta do homem: o seu corpo (MACHADO, 2008). As estratégias de poder e de resistência afetam as formas de exercício do poder da vida cotidiana.

Para o filósofo, a consciência do indivíduo sobre o próprio corpo só se deu devido a um investimento do corpo pelo poder. Segundo o autor, “o poder, longe de impedir o saber, o produz. [...] É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico” (FOUCAULT, 2008a, p. 149).

Discutir o poder na sociedade contemporânea é, de certa forma, deter-se no regime de verdade que ela possui, já que toda sociedade tem sua política de verdade. Compreendida por Foucault como o conjunto de procedimentos regulados para a produção, legalização, repartição, circulação e funcionamento dos enunciados, “a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 2008a, p. 12), sendo produzida no mundo através de múltiplas coerções, ao mesmo tempo em que nele gera certos efeitos regulamentados de poder.

Na opinião de Machado (2008), o poder disciplinar age por meio da inscrição dos corpos em determinados espaços, do controle do tempo sobre eles,

da vigilância contínua e da produção de saber através das práticas de poder. Conforme o autor, o poder disciplinar não destrói o indivíduo, mas o produz; e o saber não é neutro, já que todo conhecimento, seja científico ou ideológico, só existe a partir de condições políticas que são necessárias para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber. A disciplina é “uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder [...]”. É o diagrama de um poder que não atua no exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento [...]” (MACHADO, 2008, p. xvii).

Há um controle sobre aquilo que fazem os indivíduos, sobre aquilo que eles podem fazer, aquilo que são capazes de fazer, aquilo que estão sujeitos a fazer, aquilo que estão na iminência de fazer. Existe uma “vigilância” na população, considerada como um conjunto de seres viventes, no sentido de que tenham corpos saudáveis considerados necessários para o mercado de trabalho. Esse controle social passa por uma série de poderes (médico, psiquiátrico, gestão dos corpos, instituição de uma política de saúde social etc.) articulados em dois tempos: trata-se, “de um lado de constituir *populações* nas quais os indivíduos serão inseridos [...], de outro, trata-se igualmente de tornar o poder capilar, isto é, de instalar um sistema de individualização que se destina a modelar cada indivíduo e gerir sua existência” (REVEL, 2005, p. 29-30, grifo da autora).

Na atualidade, é possível identificar a sobreposição de três dispositivos de poder na sociedade. O primeiro deles é o disciplinar. Este dispositivo incide sobre a otimização do corpo em termos de um sistema de recompensas em vista de condutas almeçadas e sobre a vigilância e correção, para a prevenção ou correção de comportamentos indesejáveis. Pode ser observável em instituições semiabertas, como escolas, empresas, hospitais, e nas famosas instituições de confinamento, como os manicômios e prisões.

O segundo dispositivo é o da segurança, que atua na preservação e cuidado da vida de uma população biologicamente determinada exigindo, em troca, a restrição de suas liberdades, a obediência a suas normativas, o pagamento adequado de seus impostos. Essa proteção, em função dos riscos e perigos internos ou externos, possui um elevado ônus, posto que, muitas vezes, está embutida a anuência dos cidadãos à atuação extralegal do Estado e seus mecanismos diante de outras populações potencial ou realmente consideradas perigosas. O terceiro dispositivo não incide, principalmente, no corpo ou, enfaticamente, na vida biológica, mas opera ao nível do controle das mentes, suas aspirações e desejos.

Esses três dispositivos atuam juntos, embora seja possível mostrar que no recrudescimento da industrialização houve atuação enfática da disciplina; na formação e consolidação dos Estados nacionais, a acentuada operacionalidade do dispositivo da segurança; e nas sociedades pós-industriais e de serviços, marcadas pela decisiva influência da realidade virtual engendrada pela automação dos processos industriais e dos imperativos midiáticos sobre a política e as ideologias, a predominância dos dispositivos de controle.

Sobre a produtividade do poder, Foucault afirma que ele não é sinônimo de repressão, nem pode ser visto como um produto exclusivo do Estado. Segundo o filósofo,

se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo [...] e também a nível do saber (FOUCAULT, 2008a, p. 148).

A ideia da positividade do poder é reforçada, pois na verdade, ele produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. "O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção". (FOUCAULT, 2008a, p. 161). O micropoder não tem uma ação exclusivamente negativa, ele pode ser também exercido de forma construtiva. Positivamente, ele produz comportamentos e corpos através de classificações, normatizações e adestramentos (FOUCAULT, 2008a).

Pereira (2013) exemplifica a produtividade do poder com a questão do corpo. De acordo com a autora, em nenhuma época se falou tanto em corpo como na contemporaneidade. A maioria dos sujeitos sociais buscam alcançar o corpo magro e esbelto propagado espetacularmente pela mídia. Há um grande aparato científico em torno desta temática. No campo dermatológico, por exemplo, jovens que, desde os 20 anos, visitam regularmente o dermatologista para evitar os efeitos do envelhecimento. Assim, as rugas que surgiriam aos 40 anos são prevenidas precocemente. Ao serem incentivados a praticarem determinados comportamentos, estes jovens produzirão corpos previsíveis e adestrados, em perfeitas condições de produtividade.

Foucault (2008a) considera que o poder, na verdade, não tem um início definido, como também não tem um fim. Ele vai se modificando, se transformando ao longo do tempo, sendo permeado por múltiplas técnicas, se ressignificando e se cristalizando nas instâncias sociais. Enquanto existirem discursos, o poder sempre existirá e continuará atuando mesmo no silêncio, nos não-ditos. O poder passou a ser trabalhado na perspectiva do governo de si e do governo dos outros – inscritos nas relações de poder – e constituiu o cerne do trabalho de Foucault, até sua morte, em 1984.

4. Sobre a noção de governamentalidade

O desenvolvimento da noção de governamentalidade aparece na obra foucaultiana, na discussão sobre Biopolítica e biopoder, tanto no primeiro volume da *História da Sexualidade – A Vontade de Saber* (FOUCAULT, 2006a) quanto no curso *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 2005).

O governo não deve ser entendido nos termos em que é empregado atualmente, ou seja, como um grupo de pessoas à frente da gestão pública, ou a atividade exercida por aqueles que conduzem a máquina estatal, entre outros significados, mas sim como a maneira de dirigir a conduta do corpo-espécie ou do corpo-populacional. Conforme Foucault (2010),

devemos deixar para esse termo a significação bastante ampla que tinha no século XVI. Ele não se referia apenas às estruturas

políticas e à gestão dos Estados, mas designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos; governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica, mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros (FOUCAULT 2010, p. 288).

Foucault caracteriza o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, como governo dos homens, uns pelos outros. Segundo ele, a preocupação com a arte de governar surgiu a partir do século XVI e, no século XVIII, a governamentalidade apareceu como forma de governo sobre a vida dos outros e constituiu um instrumento crítico de uma sociedade dominada pelos ideais do Liberalismo. Essa forma de governo visa o bem-estar da população, um biopoder (poder sobre a vida) que age sobre o indivíduo, através de dispositivos de segurança que visam mantê-lo saudável para produzir e consumir.

A maneira como o poder se transformou entre o final do século XVIII e início do século XIX, ou seja, término da sociedade monárquica e começo da sociedade estatal, objetivava governar tanto os indivíduos, através de procedimentos disciplinares, quanto a população em geral. O nascimento da biopolítica ocorre no Liberalismo, um exercício do governo que busca maximizar seus efeitos e reduzir seus custos. Através de uma tecnologia de poder, a governamentalidade tem como foco a população, conjunto de indivíduos que são controlados com o objetivo de assegurar uma melhor gestão da força de trabalho dentro da sociedade capitalista (REVEL, 2005). É pertinente distinguir a noção do governo pela soberania, bem como do governo pelo Estado administrativo e/ou jurídico. Trata-se de um governo pelo controle das normas. A esse propósito, Foucault (2008c, p. 144-145) pondera: "talvez, o que há de importante para nossa modernidade, isto é, para nossa atualidade, não é, portanto, a estatização da sociedade, mas o que eu chamaria de 'governamentalização' do Estado".

Foucault (2008a, p.149) afirma que "o enraizamento do poder, as dificuldades que se enfrentam para se desprender dele vêm de todos estes vínculos". O poder está em toda parte e não existe forma ou modo para fugir dele. Ele nos passa e nos perpassa, ao mesmo tempo em que passamos por ele e o perpassamos. A partir das relações de saber-poder estabelecidas pela escola, esta

torna-se uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu cumprimento a operação do ensino. Tratar-se-á cada vez menos daquelas justas em que os alunos defrontavam forças e cada vez mais de uma comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar (FOUCAULT, 2012, p. 166).

Compreendemos a escola enquanto instituição que exerce um poder sobre o educando e esse poder, muitas vezes, é instituído a partir da padronização deste sujeito. Essa padronização se dá pelas condutas e posturas que precisam ser seguidas, conduzindo-o a obedecer às regras e condutas estabelecidas, correndo o risco de ser punido pelo sistema escolar, caso não as cumpra. Essas punições podem ser impostas pela direção e coordenação pedagógicas da escola, e pelo professor, pois ele

além de ser aquele que tem o poder de transmitir conhecimentos, dado seu saber acumulado, é também aquele que tem o poder de cobrar dos alunos o conhecimento que lhes foi transmitido, tornando o seu poder muito mais “visível”, muito mais palpável e menos abstrato, pois sua é também a mão que pune, através do castigo físico ou simplesmente através da nota e das complicações na vida acadêmica, no caso de o aluno não ser bem sucedido no exame. (GALLO, 2004, p. 94)

Haveria então, uma maneira de fugir do poder da escola? Talvez não. De todos os lados, encontramos na escola formas de vigilância e de punição, sejam as regras próprias da instituição escolar, ou outras formas presentes nas práticas cotidianas do educador. A maneira de avaliar, a atribuição da nota, podem configurar modos de punição em relação aos sujeitos educandos.

Somos convidados por Foucault e com Foucault a refletir acerca das questões que envolvem a escola, o poder e a sociedade e nos perguntarmos, como ele nos propõe: quem somos nós hoje? De que maneira podemos refletir e contribuir para mudar a nossa realidade e, conseqüentemente, a realidade educacional e social?

5. A governamentalidade na instituição escolar

A escola foi criada para atender aos anseios da formação plena dos indivíduos, dotando-os de capacidades intelectuais e cognitivas, necessárias para a sua atuação frente a uma sociedade capitalista que requer, cada vez mais, profissionais bem qualificados e dispostos a darem o melhor de si para as instituições nas quais forem trabalhar. Na instituição escolar, Foucault (2012) analisou a existência de poderes voltados à disciplinarização e docilização dos corpos.

Uma espécie de governo e governamentalidade está no cerne desta instituição. Nota-se isso pela própria disposição e arranjo das salas de aulas, nas quais, alunos de diferentes contextos sociais e capacidades diversas são colocados para se sentarem em filas sob o olhar hierarquizante do professor. De cada um deles são esperados comportamentos que sejam passíveis de mudanças, aperfeiçoamentos e correções, a fim de que se moldem conforme o esperado para determinada faixa etária, série, gênero etc.

É instaurada uma ordem de escolarização que procura obter de sujeitos diferentes, não só comportamentos iguais, mas resultados satisfatórios, cada

vez mais homogêneos, que os permita avançar para séries posteriores, sendo que, aqueles que não atingirem ou não se moldarem a este horizonte de expectativas criado e perpetuado por toda a instituição escolar ao longo dos anos, independentemente do corpo diretivo ou dos professores que ali estejam, serão, de fato, excluídos do processo e punidos sob pseudo-rotulações que, mesmo sendo-lhes atribuídas, não dão conta da complexidade que é cada sujeito em si.

Para Foucault (2012), a escola é uma das "instituições de sequestro", como o hospital, o quartel e a prisão. São as instituições que retiram compulsoriamente os indivíduos do espaço familiar ou social mais amplo e os internam, durante um período, para moldar suas condutas, disciplinar seus comportamentos, formatar aquilo que pensam. A escola faz isso com os sujeitos/alunos.

Pensar o contexto educacional na ótica foucaultiana se configura como um incessante processo reflexivo sobre o modo de ser das coisas, o porquê de cada escolha e as relações disciplinares que são estabelecidas em nossas escolhas docentes. A teoria foucaultiana, quando pensada no contexto da educação, permite olhar a interação vivenciada pelos sujeitos como um meio que está permeado de intenções que buscam o disciplinamento dos corpos. Nada do que é vivenciado pelos sujeitos envolvidos no processo educacional está isento das relações de poder e disciplinamento. Nesse cenário, a escola é uma instituição que, por meio de sua ordenação curricular, promove a disseminação de ideias que, em suas entrelinhas, busca a domesticação dos sujeitos.

No viés foucaultiano, a escola constituiu o paradigma moderno da disciplinarização e do governo dos corpos, pois foi o lugar privilegiado das medidas higiênicas e alimentares destinadas a garantir a saúde física e moral de jovens e crianças. Enquanto instituição disciplinar, a escola constituiu-se como local privilegiado da realização exaustiva dos exercícios, dos exames, das punições e das recompensas centradas no corpo infantil.

A escola é vista por Foucault (2012) como espaço de fabricação de sujeitos, e o currículo serviria a esta instituição como instrumento modelador. Segundo Reis Júnior (2019, p.12), "ao fabricar sujeitos e de certa forma assujeitá-los, essas instituições exercem um forte papel político na sociedade ao subjetivá-los a partir de técnicas e táticas de adestramento e submissão." Esse olhar sobre a escola, em relação ao comportamento regrado/ditado por normas, ou como são projetadas as salas e dispostos os móveis nos ambientes que compõem o espaço escolar, também os componentes curriculares que (in)formam os sujeitos, os conteúdos selecionados e os que são excluídos, as línguas faladas e estudadas nas escolas, os modos de vestir, aprender, tudo remonta a educação europeia, colocando-a como modelo a ser seguido.

Na aula do dia 08 de fevereiro de 1978, Foucault (2008c) define governamentalidade, e pensa esse conceito sobre três aspectos:

Eu entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimento, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, como forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os

dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por governamentalidade, entendo a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que se pode chamar de "governo" sobre todos os outros - soberania, disciplina etc. Enfim, por governamentalidade, eu creio que seria preciso entender o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XVI e XVII Estado administrativo. (FOUCAULT, 2008c, p.155)

A escola está inserida na governamentalidade, tanto sobre o primeiro aspecto quanto o segundo, pois é um instrumento de poder para governar os corpos e mentes da população, construindo um legado a partir da dominação, como fez e faz com a nossa história, memórias e costumes. Por isso, tomamos o filósofo francês como referência para questionar o lugar que o corpo possui dentro da escola.

O conceito de biopoder está também atrelado ao espaço instituição escolar/educação. Conforme Reis Júnior (2019, p. 13), a "educação aparece como projeto da Modernidade, aliás, um eficiente projeto calcado em três pilares de exercício do poder: a soberania, a disciplina e o biopoder", pilares que se integram e são a "mola propulsora" do sujeito moderno. Na modernidade, com as instituições disciplinares, como a escola, eles se tornam o motor da tecnologia do biopoder - que pode ser definido a partir de dois pontos: a anátomo política do corpo e uma biopolítica da população, entendida por Revel (2005, p. 26) "como um conjunto de biopoderes", que atuam na saúde, ideias, corpo, vida dos sujeitos, controlando os corpos e as mentes, ou seja, o biopoder instaura a governamentalidade sobre a população escolar.

Na sociedade disciplinar foram possíveis novas formas de convívio social e de diferentes sujeitos, raças, credos, etnias, valores, culturas, todos controlados e disciplinados; dando-nos a falsa sensação de liberdade de pensamento, mas uma liberdade vigiada e limitada a partir do que está posto e forjado nos documentos educacionais.

Segundo o filósofo, todo sistema de educação é uma forma política de garantir ou de mudar a forma que as pessoas se apropriam dos discursos, incluindo os saberes e poderes que tais discursos reportam. Nas palavras dele:

A educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é bem sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. (FOUCAULT, 2014, p.41)

A educação é um meio pelo qual um indivíduo pode compreender os diversos discursos sociais. Para se chegar a essa compreensão, o sujeito deve ter sempre um olhar crítico e de estranhamento para os discursos que lhe são apresentados. Pensar o campo educacional depois de ter contato com as teorias foucaultianas é compreender que não existe um valor único e invariável em tal âmbito, pois o contexto cultural cria variáveis particulares a cada grupo social.

Um determinado modo de ensino louvado em uma época e local pode ser considerado ultrajante num contexto diferente.

Foucault (2012) discutiu sobre o papel disciplinador de algumas instituições, em especial a escola, visto que é o local onde os indivíduos passam o maior tempo de sua educação formal antes de se formarem adultos. Além da existência da disciplina corporal – realizada através do controle do modo que os corpos devem se comportar –, há a disciplina dos saberes, sob o nosso ponto de vista considerada mais grave do que a primeira. Por exemplo, a escola (ou qualquer outra instituição de ensino), ao selecionar determinados conteúdos para serem ensinados, deixa de lado outros; há a priorização de carga horária para determinados conteúdos em detrimento de outros; além de haver censura de certos conhecimentos.

É através da disciplina que o corpo será mais útil, pois será mais obediente, submisso, exercitado e dócil, é mais fácil se exercer poder quando os indivíduos são uniformizados. A disciplina se trata de uma arte de compor forças para se obter um aparelho eficiente, é por ela que o poder das instituições pode ser exercido. Foucault afirma que “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (FOUCAULT, 2012, p.118).

Esta é uma situação bem atual na escola. Os professores, que estão em contato direto com os alunos, são responsáveis de manter a ordem, de fazer com que o ambiente seja propício aos ensinamentos planejados em sala de aula. Ficam responsáveis pela disposição dos estudantes no ambiente de aprendizagem e pela hierarquia ao se tratar da organização da sala, incluindo os momentos de fala e de escuta. A busca pela disciplina contínua, pode abrir brechas para que o docente busque intencionalmente um controle e uma coerção sobre os alunos, desejando mantê-los autômatos a todo o momento, criando uma posição autoritária em sala de aula.

Pensar a instituição escola a partir do conceito de governamentalidade é fazer o exercício de refletir sobre os poderes que alicerçam a educação, as escolhas que são feitas diariamente nas salas de aula, sobre o que é importante ou não para que os alunos aprendam, conheçam, pesquisem. Os professores formam ou desenformam os alunos. Ampliam ou permanecem reproduzindo o que está normatizado. É necessário exercer nosso papel de educador ao trabalhar o currículo escolar como algo que deve servir à formação do sujeito múltiplo, questionador e que compreende as relações de poder nos quais estamos inseridos.

6. Considerações finais

Ninguém nega o valor da educação e que uma escola com professores preparados e comprometidos com a missão de educar é capaz de fazer a diferença na vida dos estudantes, independentemente de sua classe social, faixa etária, gênero, etnia etc. É (ou deveria ser) na escola que se aprendem os conhecimentos adquiridos ao longo da história. É nela em que se formam

sujeitos autônomos capazes de responder e atender as demandas sociais que só o conhecimento adquirido é capaz de proporcionar.

Sendo a escola responsável pela formação dos indivíduos, obedecendo aos padrões exigidos pela sociedade, cabe-nos refletir sobre as formas pelas quais essa formação acontece e como ela produz os corpos dóceis e passíveis de serem governados, considerando que, para muitos, a escola é lugar de aprender tão somente os conhecimentos relativos às disciplinas que compõem a grade curricular da educação básica.

No contexto escolar a disciplina existe de forma regulada, capaz de controlar até o tempo em que se passa nesta instituição. Todavia, isto não chega a ser algo aparentemente ruim ou que ponha em risco a integridade das pessoas que ali estiverem, como Foucault (2012) enfatiza, é algo sutil, capaz de proporcionar benefícios para a comunidade estudantil que a recebe e a cumpre como sendo mais uma responsabilidade inerente à condição de aprendizes em que se encontram.

O poder disciplinar não é materializado como algo coercitivo dentro da escola, que impõe a necessária obediência às regras impostas a qualquer custo. Pelo contrário, é um poder que não coage, não intimida, não se apresenta como algo que cause constrangimentos ou outros tipos de insatisfações, pois, caso assim fosse, já teria esbarrado em inúmeras tentativas de revolta contra ele.

O que se vê é a sutileza e a presteza de uma técnica que consegue controlar os excessos, regular as atividades e tirar o máximo proveito dos corpos e das mentes dos estudantes, dando condições para perceberem que podem fazer até bem mais do que o que foi solicitado, pois, na escola, o mais importante é manter o padrão homogêneo dos indivíduos e quando este padrão for transpassado, que seja por conta de excessos benéficos em prol de um sistema que o tratará como exemplo para os demais.

As escolas são locais propícios para a efetivação do poder. Este acontece de diversas formas, desde a simples exigência de um padrão de roupa a ser utilizada para adentrar e permanecer na instituição até as atividades que devem ser desempenhadas por cada estudante. O poder disciplinar que a escola detém e aplica aos que nela estão é, de fato, um poder que se sobrepõe aos demais. É por meio dele que até mesmo a rotina da instituição é concebida, bem como a sua reputação na comunidade na qual está inserida, pois, há quem julgue a qualidade do ensino oferecido em alguma escola pela capacidade e autonomia que ela possui de disciplinar os seus alunos e fazê-los não reprovar ao final do ano letivo.

No campo científico, Foucault permanece atual com suas contribuições baseadas em uma compreensão clara dos pontos de sustentação da sociedade, o poder, o discurso e a ordem. O filósofo francês nos interpela a sermos educadores inquietos, a nos contrapor aos discursos de poder, quando desfavoráveis para a maioria da sociedade, nesse sentido, a educação pode ser um instrumento de provocação, de mudanças estruturais ou de reforço das ideias da ordem do capital neoliberal. As ideias foucaultianas permanecem como proposta de direção para que a educação seja um contraponto da ordem e do discurso do poder vigente.

Defendemos que a escola pode ser uma resposta positiva de enfrentamento aos discursos imperialistas neoliberais que aprisionam corpos, estabelecem padrões e normatizam as relações. A escola, assim como a sociedade, está em permanente estado de transformação, cabe a nós, educadores, assumirmos o compromisso de estudar temas relevantes e problematizá-los no ambiente de formação.

Referências

- DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 221-224.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica. 2ª. ed. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FERNANDES, Cleudemar Alves.; ALVES JÚNIOR, José A. Mutações da noção-conceito de sujeito na Análise do Discurso. In: SANTOS, João Bosco. (Org.) **Sujeito e subjetividade**: discursividades contemporâneas. Uberlândia, MG: EDUFU, 2009, p. 103-119.
- FISCHER, Rosa Maria B. **Trabalhar com Foucault**: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- FISCHER, Rosa Maria B. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. **Em defesa da sociedade**. 4ª. tiragem. Tradução Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285-315.
- FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber** - vol. IV. 2ª. ed. Organização e seleção de textos Manoel de Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 253-266. (Coleção Ditos & Escritos)
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25ª. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica. 2ª. ed. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 40ª. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ :Vozes, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24.ed. São Paulo: Loyola, 2014.



GALLO, Sílvio. Repensar a educação: Foucault. **Educação e realidade**. 29(1), p. 79-97 jan/jun 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso** – diálogos & duelos. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 41-60.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25ª. ed., Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

PEREIRA, Tânia Maria A. **O espetáculo de imagens na ordem do discurso midiático: o corpo em cena nas capas da revista Veja**. 2013. 213p. Tese (Doutorado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal da Paraíba (PROLING/UFPB) João Pessoa, 2013.

REIS JÚNIOR, Leandro Passarinho. Por que trabalhar com Foucault na educação? **Revista da Faculdade de Educação** (Univ. do Estado de Mato Grosso), p. 1-19, 2019.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: Conceitos Essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOS, João Bosco dos. A Análise do Discurso do Brasil: entre Pêcheux, Foucault e Bakhtin. *In*: PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (Orgs.) **Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2010, p. 119-159.

Recebido em: 31 de maio de 2022.
Aceito em: 14 de agosto de 2022.
Publicado em: 11 de dezembro de 2022.